
SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
-------------------	----

1

EFICÁCIA TEMPORAL (ART. 1º)	19
-----------------------------------	----

1. Eficácia no tempo.....	19
2. Eficácia temporal da Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista)	22

2

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (ART. 2º)	27
--	----

1. Conceito de prescrição intercorrente	27
2. Posicionamento dos tribunais antes da Lei nº 13.467/17	30
3. Prazo de 2 anos.....	31
4. Suspensão e extinção da execução.....	33
4.1. Suspensão.....	34
4.2. Extinção	37
5. Início da fluência do prazo prescricional.....	38
6. Execução Fiscal	39
7. Requerimento e declaração <i>ex officio</i> da prescrição intercorrente	40
8. Momento da declaração da prescrição intercorrente.....	43
9. Direito intertemporal	48

3

LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO NA ANULAÇÃO DE CLÁUSULAS DE ACORDO COLETIVO E CONVENÇÃO COLETIVA (ART. 3º)	51
1. Litisconsórcio: generalidades	51
1.1. Litisconsórcio necessário	53
2. Litisconsórcio necessário na anulação de cláusulas de acordo coletivo e convenção coletiva.....	54
2.1. Ação coletiva	54
2.2. Ação individual	56
2.2.1. Casos repetitivos.....	58
3. Vício gerado pela inobservância do litisconsórcio necessário.....	59
4. Direito intertemporal	61

4

CUSTAS PROCESSUAIS (ART. 4º)	63
1. Valor mínimo e máximo das custas processuais	63
2. Direito intertemporal	65

5

HONORÁRIOS PERICIAIS (ART. 5º)	67
1. Perito	67
2. Honorários periciais	69
3. Valor dos honorários periciais	69
4. Parcelamento dos honorários periciais.....	70
5. Adiantamento de valores dos honorários periciais	70
6. Responsabilidade do beneficiário da Justiça gratuita.....	72
6.1. Disciplina anterior à Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista).....	72
6.2. Disciplina após a Lei nº 13.467/17 (Reforma Trabalhista).....	77
6.2.1. Pagamento dos honorários periciais com créditos obtidos em juízo	79
6.3. Condição suspensiva de exigibilidade	82

7. Responsabilidade pelo pagamento dos honorários do assistente técnico	83
8. Direito intertemporal	84

6

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS (ART. 6º)	87
1. Histórico.....	88
2. Modalidades de honorários.....	90
3. Honorários de sucumbência	91
3.1. Titularidade	92
3.2. Valor dos honorários	92
3.3. Critérios para fixação do valor dos honorários	93
3.4. Honorários advocatícios no cumprimento de sentença, execução e recursos	94
3.5. Honorários advocatícios na desistência, renúncia ou reconhecimento do pedido.....	94
3.6. Honorários advocatícios no arquivamento	95
3.7. Honorários advocatícios no acordo	96
3.7.1. Acordo judicial.....	96
3.7.2. Acordo extrajudicial.....	97
3.8. Honorários advocatícios no litisconsórcio.....	97
3.9. Honorários advocatícios na sucumbência recíproca	98
3.9.1. Base de cálculo dos honorários na sucumbência recíproca.....	99
3.9.2. Sucumbência em parte mínima.....	101
3.10. Honorários sucumbenciais na cumulação de pedidos	102
3.11. Honorários advocatícios nas ações contra a Fazenda Pública.....	104
3.12. Honorários advocatícios e beneficiário da justiça gratuita	106
3.13. Honorários advocatícios na reconvenção	108
4. Honorários assistenciais.....	109
5. Honorários advocatícios na substituição processual pelo sindicato	114
6. Direito intertemporal	116

7

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ (ART. 7º)	121
1. Indenização por perdas e danos.....	121
2. Litigância de má-fé	122
2.1. Dedução de pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso.....	123
2.2. Alteração da verdade dos fatos	124
2.3. Uso do processo para a obtenção de objetivo ilegal.....	125
2.3.1. Ação rescisória de decisão homologatória de acordo fundada em colusão e incidência da multa por litigância de má-fé...	126
2.4. Oposição de resistência injustificada ao andamento do processo	130
2.5. Atuação de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo.....	131
2.6. Provocação de incidente manifestamente infundado	131
2.7. Interposição de recurso com intuito manifestamente protelatório	132
3. Dois ou mais litigantes de má-fé.....	134
4. Direito intertemporal (Lei nº 13.467/17).....	135

8

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ: INDENIZAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA PELOS PREJUÍZOS SOFRIDOS (ARTS. 8º E 9º)	137
1. Quadro comparativo com o NCPC.....	137
2. Penalidades pela litigância de má-fé.....	138
3. Multa pela litigância de má-fé.....	139
4. Indenização da parte contrária pelos prejuízos sofridos	139
5. Honorários advocatícios e despesas efetuadas.....	140
6. Penalidades como pressuposto recursal.....	141
7. Beneficiário da Justiça gratuita.....	143
8. Valor da causa irrisório ou inestimável.....	144
9. Valor da indenização	144
10. Momento da condenação.....	145
11. Direito intertemporal (Lei nº 13.467/17).....	146

9

MULTA POR FALSO TESTEMUNHO (ART. 10).....	147
1. Multa aplicada à testemunha.....	147
2. Conduta intencional	148
3. Fatos essenciais	149
4. Instauração de incidente	150
5. Retratação da testemunha.....	151
6. Momento de aplicação da multa.....	152
7. Resultado do julgamento da causa	152
8. Cumulação da multa com a indenização.....	153
9. Cumulação da multa do art. 793-D da CLT com a multa do art. 342 do CP	153
10. Destinatário da multa.....	154
11. Legitimidade recursal da testemunha para impugnar a multa	155
10.1. Legitimidade da parte da demanda para impugnar a multa.....	156
12. Execução da multa imposta à testemunha	157
13. Direito intertemporal	158

10

EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL (ART. 11).....	159
1. Generalidades.....	160
2. Forma de alegação da incompetência territorial	161
3. Prazo para apresentação.....	163
4. Necessidade de indicação do juízo competente	164
5. Suspensão do processo	164
6. Contraditório.....	165
7. Produção de prova oral.....	165
7.1. Comprovação de juízo competente diverso do indicado na exceção.....	166
8. Decisão da exceção de incompetência	167
9. Recorribilidade da decisão proferida na exceção	167

10. Rito sumaríssimo	169
11. Ação civil pública.....	170
12. Direito intertemporal	170

11

PETIÇÃO INICIAL, PREPOSTO E AUSÊNCIA DO RECLAMANTE (ART. 12).....	173
1. Petição inicial	174
1.1. Pedido certo.....	174
1.2. Pedido determinado.....	175
1.2.1. Indenização por dano moral.....	177
1.3. Pedido com indicação do valor.....	178
1.4. Reclamação verbal	182
1.5. Pedido incerto, indeterminado ou sem indicação de valor. In- deferimento da petição inicial	183
1.6. Direito intertemporal acerca dos requisitos da petição inicial.....	188
2. Preposto	188
2.1. Preposto e advogado	190
2.2. Direito intertemporal	191
3. Modalidades de audiência	191
3.1. Comparecimento das partes na audiência.....	192
3.1.1. Comparecimento do reclamante	192
3.1.2. Comparecimento do reclamado	193
3.2. Pagamento das custas processuais na hipótese de arquivamento .	195
3.2.1. Reclamante não beneficiário da justiça gratuita.....	195
3.2.2. Reclamante beneficiário da justiça gratuita.....	197
3.2.3. Prazo concedido para justificar a ausência na audiência ..	200
3.2.4. Motivo legalmente justificável	200
3.2.5. Pressuposto para ajuizamento de ação posterior	201
3.2.6. Direito intertemporal sobre o pagamento das custas na hipótese de arquivamento da reclamação	202

4. Presença do advogado em audiência e ausência da parte	202
4.1. Direito intertemporal do art. 844, § 5º, da CLT	206

12

EXECUÇÃO DE OFÍCIO (ART. 13)	207
1. Introdução	207
2. Legitimidade ativa para execução	207
2.1. Partes	208
2.2. Execução de ofício	210
2.2.1. Bloqueio de contas bancárias (penhora on-line)	213
2.2.2. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica ..	215
2.2.3. Início de ofício da fase de liquidação	217
3. Direito intertemporal	218

13

LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA (ART. 14)	219
1. Generalidades	219
2. Modalidades de liquidação	220
3. Liquidação por cálculos	221
3.1. Procedimento	221
3.1.1. Prazo para manifestação	223
4. Direito intertemporal	224

14

PROTESTO, INCLUSÃO DO NOME DO EXECUTADO EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO E BANCO NACIONAL DE DEVEDORES TRABALHISTAS (BNDT) (ART. 15)	225
1. Formas de efetivação da tutela jurisdicional	225
2. Requisitos	227
3. Direito intertemporal	230

15

GARANTIA OU PENHORA NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO (ART. 16)	233
1. Entidades filantrópicas	233
2. Diretores da entidades.....	234
3. Termo inicial dos embargos à execução	235
4. Efeito suspensivo dos embargos.....	235
5. Direito intertemporal	236

16

INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (ART. 17).....	239
1. Introdução	239
2. Empresa e sócio	242
3. Dívida e responsabilidade	243
4. Responsabilidade principal e secundária.....	245
5. Desconsideração da personalidade jurídica.....	246
5.1. Histórico	246
5.2. Previsão legal no direito material	248
5.3. Teorias da desconsideração da personalidade jurídica	249
5.4. Desconsideração inversa da personalidade jurídica	253
6. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	254
6.1. Procedimento previsto no NCPC.....	254
7. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica no processo do trabalho	257
7.1. Aplicabilidade.....	257
7.2. Legitimidade no incidente.....	259
7.2.1. Legitimidade ativa (Iniciativa)	259
7.2.1.1. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho	261
7.2.2. Legitimidade passiva	263
7.3. Suspensão do processo.....	263

7.4. Tutela cautelar	266
7.5. Citação e defesa.....	268
7.6. Instrução	270
7.7. Impugnação da decisão.....	271
7.7.1. Agravo de petição e depósito recursal	272
8. Direito intertemporal	275

17

UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA (ART. 18) 277

1. Revogação do incidente de uniformização trabalhista (§§ 3º a 6º do art. 896 da CLT)	277
2. Deveres dos tribunais	280
3. Direito intertemporal	281

18

TRANSCENDÊNCIA (ART. 19) 283

1. Generalidades.....	285
2. Repercussão geral	286
3. Indicadores da transcendência.....	288
3.1. Critério Econômico.....	289
3.2. Critério político.....	290
3.3. Critério social.....	291
3.4. Critério jurídico	292
4. Análise da transcendência pelo relator	292
5. Recurso da decisão do relator	293
6. Sustentação oral no agravo	293
7. Fundamentação do agravo não provido	294
8. Irrecorribilidade do agravo não provido	295
9. Decisão do relator em agravo de instrumento.....	295
10. Análise da transcendência pelo Presidente do TRT.....	297
11. Direito intertemporal	298

19

DEPÓSITO RECURSAL (ART. 20)	301
1. Generalidades.....	301
2. Depósito em conta vinculada ao juízo.....	303
2.1. Irregularidade na guia de depósito recursal.....	304
3. Correção monetária	305
4. Valor do depósito recursal.....	305
4.1. Redução do valor do depósito recursal pela metade	307
4.2. Diferença no recolhimento do depósito recursal	309
4.3. Isenção do depósito recursal.....	309
4.3.1. Beneficiário da justiça gratuita.....	310
4.3.2. Entidades filantrópicas.....	311
4.3.3. Empresas em recuperação judicial	311
4.3.4. Massa falida	312
4.3.5. Empresa em liquidação extrajudicial	313
5. Substituição do depósito em dinheiro por fiança bancária ou seguro garantia judicial.....	314
6. Recursos que exigem o depósito recursal.....	316
7. Direito intertemporal	317

20

DATA DA ENTRADA EM VIGOR DA INSTRUÇÃO NORMATI- VA E REVOGAÇÃO DOS ART. 2º, VIII, E 6º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39/2016 DO TST (ART. 21)	319
BIBLIOGRAFIA	321